

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.442 - SP (2019/0303324-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : FRANCISCO MOSCATELLI NETO  
**ADVOGADO** : FRANCISCO MOSCATELLI NETO - SP334186  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FELIPE AUGUSTO FERREIRA DOS SANTOS LIMA  
(PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar interposto em favor de FELIPE AUGUSTO FERREIRA DOS SANTOS LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2202814-06.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, custódia posteriormente convertida em preventiva, por suposta infração ao art. 33 da Lei 11.343/2006 (e-STJ fls. 33/35).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem almejada foi denegada, nos termos sintetizados da seguinte ementa (e-STJ fl. 27):

*Habeas Corpus. Tráfico de drogas. Prisão preventiva. Pretendida revogação. Inadmissibilidade. Gravidade concreta da conduta. Apreensão de quantidade razoável de droga. Ordem pública que se revela ameaçada. Presença dos requisitos do artigo 312 do CPP. Insuficiência das medidas cautelares alternativas. Inexistência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.*

Nas razões do presente *writ*, a defesa afirma, em síntese, que não há embasamento legal para a segregação cautelar, destacando que a referência à gravidade abstrata do delito não pode sustentar o decreto constritivo.

Aduz não estarem presentes os requisitos autorizadores previstos no art. 312 do CPP.

# Superior Tribunal de Justiça

Sustenta que a medida constritiva é desproporcional, considerando que o paciente é primário e na hipótese de eventual condenação faria jus a um regime prisional menos gravoso.

Ressalta que a quantidade de droga apreendida não é relevante a ponto de justificar o encarceramento preventivo.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão, com a aplicação de medidas cautelares diversas, se necessário.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, em uma análise perfunctória, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência. Isso porque, ao que parece, a medida extrema foi mantida para o resguardo da ordem pública, consoante depreende-se do seguinte excerto do acórdão combatido (e-STJ fls. 40/41):

*Os fatos em apuração revestem-se, em seus contornos concretos, de extrema gravidade, pois, segundo consta, há prova da materialidade delitiva e dos indícios de autoria do crime de tráfico de drogas, valendo dizer que foi apreendida quantidade razoável de entorpecentes em poder do paciente.*

*Tais fatos, data vênia, não podem ser menosprezados pelo Poder Judiciário com resposta penal incompatível à conduta perpetrada, sendo a prisão cautelar necessária à garantia da ordem pública.*

*Logo, a manutenção da prisão do paciente pelos motivos delineados pelo i. Magistrado está lastreada em elementos concretos, extraídos dos autos, justificando-se satisfatoriamente sobre a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, motivo pelo qual não vislumbro qualquer ilegalidade que venha a inquinare referido ato.*

*Importante destacar ainda que as medidas cautelares pessoais*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*não se mostram proporcionais à conduta em tese praticada, pois são brandas em relação ao ímpeto criminoso demonstrado pelo paciente, que não se intimidou na prática do tráfico e trazia consigo e mantinha em depósito, para a venda e entrega ao consumo de terceiras pessoas, 01 porção de maconha e 151 porções de cocaína.*

Assim, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*, pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator